

A educação sexual nos anos iniciais: um estudo a partir de dissertações e teses

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as pesquisas em Educação Sexual para os anos iniciais, do Ensino Fundamental, desenvolvidas em programas de Pós-Graduação, utilizando o Banco de Teses da Capes. A metodologia de pesquisa do tipo “Estado da Arte”, de natureza quanti-qualitativa, foi a escolhida para guiar este trabalho. Foram encontrados 38 resultados que tratavam do tema. Priorizou-se por analisar características como ano de publicação, instituição, região, modalidade do programa e os objetivos da pesquisa, a fim de identificar as tendências e as contribuições nas pesquisas em Educação Sexual, nos anos iniciais. Os resultados reafirmam a necessidade da realização de pesquisas nesse âmbito, pois apesar da literatura e das pesquisas sinalizarem a sua importância, pouco ainda é visto, quando inserido no contexto escolar, principalmente, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, e mais ainda na prática em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual. Anos iniciais. Sexualidade.

Fernanda Fernandes

ferfernandes.26@gmail.com

0000-0002-7409-923X

Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná

Leonir Lorenzetti

leornirlorenzetti22@gmail.com.br

0000-0001-8327-9147

Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná

INTRODUÇÃO

Falar sobre Educação Sexual, na escola, apesar dos avanços dos últimos anos, não é tão simples e corriqueiro. Há aqueles que acreditam que, ao falar sobre a temática, as crianças serão erotizadas, ensinadas a ter relação sexual e estimuladas à iniciação sexual precoce. Há, também, os que defendem a inserção dessa temática no espaço escolar, compreendendo a sua importância para além do conhecimento do corpo, do desenvolvimento da autoestima, do ensino sobre o exercício da sexualidade de forma segura e responsável e da proteção contra as violências sexuais.

A educação, em sua totalidade, é um direito de todos e não sem motivos, é defendida e amparada por leis, como é o caso do Art. 205, da Constituição Federal, e do Art. 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de Dezembro de 1996, que a considera como um "dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2016, p. 8).

Nesse contexto, a Educação Sexual está presente também, no artigo 10, da Declaração dos Direitos Sexuais, organizada pela World Association for Sexual Health (WAS), em 1997, onde diz que "todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora, processo que dura a vida toda, desde o nascimento e pela vida afora e deveria envolver todas as instituições sociais" (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PELA SAÚDE SEXUAL, 2014).

Logo, sendo a escola uma instituição social, ela se torna responsável em ser um espaço que, além da aprendizagem, vise ao desenvolvimento pleno do educando nas suas esferas históricas, morais, culturais e éticas, inserindo-o na sociedade.

Suplicy¹ (1983) apud Mizunuma (2017, p. 17) já defendia a Educação Sexual como uma temática pertinente ao âmbito escolar, afirmando que "a educação sexual na escola visa colocar o diálogo sobre a sexualidade dentro da sala de aula, através de professores com o preparo adequado para bem desempenhar essa tarefa informativa e formativa".

Com o passar dos anos, a relevância social, que justifica o conteúdo sobre Educação Sexual nas escolas, aumentou juntamente com os dados estatísticos que, apesar de não serem precisos, mostram um crescimento nos índices de abuso sexual infantil e de gravidez indesejada na adolescência, "além da necessidade de controle das DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), das grandes discussões e repercussão voltada às questões de gênero e, ainda, na formação de sujeitos que desenvolvam na fase adulta uma vida sexual saudável" (MIZUNUMA, 2017, p. 34).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é identificar e apresentar iniciativas de trabalhos que tratem da temática Educação Sexual nos anos iniciais, do ensino fundamental, tendo como referência as dissertações e teses desenvolvidas nos programas de pós-graduação disponíveis no Banco de Teses Capes.

A Educação Sexual é uma temática que carrega, em si, uma perspectiva social capaz de provocar inúmeras reflexões. Dessa maneira, busca-se, também, de forma mais aprofundada, identificar pesquisas que tragam contribuições práticas e teóricas para a área.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Com a evolução da humanidade, várias áreas de estudo e de pesquisa se interessaram em explicar, de maneira ampla, comparativa e crítica, os seres humanos, o que sabem (conhecimentos) e como são. Deste modo, quando se trata de sexualidade, não poderia ser diferente, pois, o assunto sempre despertará interesse.

De acordo com Freud² (2006) apud Costa e Oliveira (2011), a sexualidade nos acompanha desde o nascimento até a morte. Entretanto, a história da Educação Sexual, no que diz respeito à escola, é muito mais antiga do que o período de vida de um indivíduo.

Sayão (1997) traz em seus estudos uma retrospectiva histórica do surgimento da Educação Sexual que, apesar de muitos considerarem a França como berço das discussões, a primeira Educação Sexual sistematizada na escola ocorreu na Suécia.

No Brasil, as primeiras preocupações sobre a temática ocorreram no ano de 1920 com o objetivo de combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para bem exercer o papel de mãe e esposa.

Passados 8 anos, em 1928, o Congresso Nacional de Educadores aprovou a proposta de programa de Educação Sexual nas escolas, apenas para crianças acima de 11 anos. Entre os anos de 1935 e 1950, existe uma lacuna, fato considerado como retrocesso nas iniciativas ligadas à Educação Sexual, no Brasil (SAYÃO, 1997).

Na década de 50, do século passado, há a intervenção da Igreja Católica no sistema educacional, o que ocasionou a repressão sexual. Isso se estendeu até a década de 60, devido aos movimentos políticos que também proibiram a Educação Sexual (SAYÃO, 1997).

Em 1968, a então deputada Júlia Steimburck, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo a implantação obrigatória da Educação Sexual nas escolas do país, em todos os anos escolares.

Passados 20 anos, na década de 80, do século passado, houve a veiculação de questões ligadas à Educação Sexual. A abertura política pela qual passou o Brasil trouxe significativas contribuições para o campo da sexualidade.

Enquanto o povo fazia reivindicações políticas, escolhia seus representantes políticos e saía às ruas gritando 'Diretas Já', as revistas 'eróticas' publicavam fotos de mulheres e homens nus, até pouco tempo proibidas. Os cinemas exibiam, nas grandes cidades, os chamados sexshops. Surgiram, também, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, todos destinados a responder questões sobre sexo. Essa década trouxe novos comportamentos, preconceitos foram questionados, tabus foram 'derrubados' e sólidas tradições conservadoras foram abaladas (SANTOS, 2001, p.17).

Em 1996, o governo federal propôs os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um documento cujo objetivo era garantir às crianças e aos jovens o direito ao acesso a um conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania.

Referente à sexualidade, os PCN consideram

Como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício

da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1997, p. 287).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), hoje, é o documento mais recente do governo, aprovado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2017, cujo objetivo é definir um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que se espera que os estudantes adquiram ao longo da Educação Básica.

O documento foi alvo de intensos debates e, após ser homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), recebeu inúmeras críticas sobre o processo de construção do texto e a respeito da diversidade, pois retirou da versão final os termos “gênero” e “orientação sexual”.

Além disso, a temática Educação Sexual passa a ser abordada apenas nos anos finais do ensino fundamental, com “temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária [Sic]” (BRASIL, 2017, p. 372).

Ancorando-se na história e nos objetivos dos dois referenciais curriculares brasileiros, percebe-se uma grande alteração de um documento para outro, o que representa um retrocesso na educação brasileira. Os PCN que defendiam que a sexualidade é expressa no ser humano desde o seu nascimento até a sua morte e, inclusive, separa um de seus volumes para tratar dessa temática, dá lugar a BNCC, onde o termo Orientação Sexual é suprimido do documento, juntamente com a abordagem nos anos iniciais.

A BNCC também contraria o que defende a Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, publicada, no início de 2018, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem como intuito auxiliar na elaboração dos currículos educacionais de crianças e jovens entre 5 a 18 anos, de todos os países, defendendo que a educação sexual deve ser abrangente e de qualidade para promover a saúde e o bem-estar, o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero e o empoderamento de crianças e os jovens para levarem vidas saudáveis, seguras e produtivas.

Analisar e sistematizar a produção acadêmica sobre a temática abordada é bastante significativa para que demais pesquisadores possam intensificar estudos e investigações nessa área, subsidiando de maneira mais significativa o conhecimento científico e educacional sobre sexualidade e assuntos correlatos. Ademais, pesquisar o investigado e produzido se torna um avanço qualitativo para investimentos acadêmicos (PETRENAS, 2015).

Assim sendo, Petrenas (2015) analisou as temáticas sobre sexualidade, educação sexual e gênero nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), no período de 1996 a 2012. As análises dos trabalhos, feitas pela autora, destacaram que, em meados de 1996, os estudos em torno da Filosofia e da História se sobrepunham no campo da sexualidade. Posteriormente, já partindo para o início da década do ano de 2000, as pesquisas se sustentavam basicamente por meio da entrada do tema transversal Orientação

Sexual no contexto escolar. Contudo, em 2010 a 2012, o tema transversal Orientação Sexual continuava a ser discutido no contexto escolar, mas as questões da diversidade sexual e gênero se destacavam, influenciadas pelos movimentos de orientações minoritárias e manifestações das identidades de gênero.

Argenti (2018) verificou como a Sexualidade, como a Educação Sexual e como a Relação de Gênero são apresentadas nas produções científicas, da Pós-Graduação, em Educação Sexual, na UNESP de Araraquara. A pesquisadora constatou que o Programa de Pós-Graduação, em Educação Sexual, dá visibilidade à comunidade acadêmica e aos educadores dos diferentes níveis de ensino, além do acesso aos conhecimentos, concepções, estratégias e intervenções no que se refere, diretamente, à educação sexual e à formação de professores.

Ainda, conforme a autora, a contribuição que o Programa de Pós-Graduação, em Educação Sexual, pode oferecer aos docentes com a divulgação de pesquisas que dizem respeito às práticas pedagógicas em Educação Sexual é fundamental para compartilhar experiências e incentivar tais práticas.

Essa constatação vai ao encontro do que Silva e Megid Neto (2006) concluíram ao estudar as produções de pós-graduação brasileiras sobre formação de professores/educadores para o trabalho com Educação Sexual nos vários níveis escolares. Os mesmos autores destacam a importância da formação de professores para a realização de práticas pedagógicas que promovam a Educação Sexual, justificado pelo fato de que o Ensino Superior carece de pesquisas no que se refere à formação de futuros profissionais e à participação de docentes da universidade na formação continuada e no desenvolvimento de programas em nível de extensão e de especialização.

À vista disso, os autores ainda observaram que:

Sem uma formação inicial e continuada eficiente e eficaz os resultados apontados sobre as posturas e práticas escolares na abordagem da Educação Sexual continuarão, em grande parte, tais como se apresentam nas pesquisas. Em face de suas dificuldades, o professor/educador acha melhor tratar dos aspectos biológicos pura e simplesmente e, para isso, considera que 'existe o professor da área de Ciências'. Então, 'Educação Sexual nada tem a ver comigo', o que o tranquiliza em relação a seu falso 'não-envolvimento' com o tema. É preciso, principalmente na formação continuada, resgatar o élan vital, a energia que vai possibilitar ao professor/educador a recuperação do prazer com a profissão escolhida (SILVA; MEGID NETO, 2006, p. 195).

No estudo, foi possível concluir, também, que pesquisas referentes ao ensino de 1º ao 5º ano e na Educação Infantil são as menos expressivas quantitativamente. Isso se justifica pelo fato de os professores conceberem os alunos como sendo inocentes, puros e assexuados, que não carecem da abordagem da temática. Essa afirmativa contraria os estudos de Freud que coloca, em pauta, a questão da sexualidade, na medida em que colocava com clareza a existência da sexualidade na criança, dando-lhe um caráter de normalidade (FRANÇA, 2006, p. 3).

Miranda et al. (2017) investigou como os temas sexualidade, gênero e educação sexual foram abordados nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) de 2009, 2011, 2013 e 2015. Os pesquisadores encontraram 55 trabalhos, que foram divididos em dois eixos: 35 trabalhos estavam associados à educação e/ou ao ensino, sem

intervenção na sala de aula, e 20 trabalhos associados à educação e/ou ensino, com intervenção em sala de aula. Os pesquisadores concluíram que a produção teórica, acerca da sexualidade e Educação Sexual para o cenário brasileiro, apesar da falta de estudos, visando melhor compreensão e avaliação de determinadas temáticas, como ciência e educação científica e formação inicial de professores, é relevante.

Por fim, é possível perceber com essas pesquisas que, cada vez mais, os estudos da sexualidade e seus desdobramentos precisam adentrar o contexto escolar, porém não somente por meio de teoria, mas também por meio de práticas em que os docentes não sejam apenas realizadores de tarefas, mas sendo protagonistas de propostas e ações de implementação de projetos e programas.

METODOLOGIA

O presente estudo consistiu no levantamento de teses e dissertações coletadas por meio e pelos princípios da pesquisa do “estado da arte”. Os dados foram localizados no Banco de Teses da Capes, no período de janeiro a junho de 2018, utilizando o termo “Educação Sexual”, renderam dados extraídos a partir da leitura do resumo, da metodologia e das considerações finais. Além disso, dados como ano de produção, instituição, programa de pós-graduação, linha de pesquisa, modalidade do trabalho e metodologia utilizada serviram para caracterizar as pesquisas.

Na análise, optou-se por usar a análise de conteúdo que é caracterizada por Bardin (1977) apud Silva e Fossá (2015) como um estudo de natureza descritiva. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 2).

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS

Realizando a pesquisa, a partir do termo Educação Sexual, foram encontrados, inicialmente, 556 resultados, número que, posteriormente, passou para 616. Essa primeira busca incluía trabalhos de grandes áreas de conhecimento como a Enfermagem, a Psicologia e a Educação. Partindo da leitura dos resumos, foram selecionadas 37 dissertações e teses referentes aos anos iniciais, do Ensino Fundamental, cerca de 6% do total de 616 trabalhos produzidos abordando a temática. Esse dado vai ao encontro com as observações feitas por Silva e Megid Neto (2006), que apontavam que nas pesquisas sobre formação de professores/educadores para o trabalho com Educação Sexual, pouca atenção é dada ao ensino de 1º ao 5º ano (6,2% das pesquisas).

Os trabalhos selecionados foram publicados entre os anos de 2011 a 2017, conforme indica a tabela 1.

Tabela 1 – Número de trabalhos por ano.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
N. Trabalhos	1	1	5	3	8	9	10	37

É possível observar o aumento no número de trabalhos durante os últimos 8 anos, passando de um, em 2011, para três, em 2014, e para 11, em 2017.

As pesquisas foram realizadas em 17 instituições de ensino superior, em diferentes programas e nas mais variadas linhas de pesquisa, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Número de trabalhos por instituição.

Região	Instituição	Número de trabalhos
Norte	UNIR	1
Nordeste	UNEB/UFPE	2
Centro-Oeste	PUC-GO/ UnB/ UEMS	4
Sul	UEL/ UEM/ UTFPR/ UFPR/ UNIOESTE/ UFRGS/ UPF	10
Sudeste	FVC/ UERJ/ UFABC/ UNESP	20

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) possui 16 das 37 pesquisas em Educação Sexual. O Programa de Pós-Graduação, em Educação Sexual, foi o primeiro mestrado criado no Brasil, no tocante à temática Educação Sexual (ARGENTI, 2018) e, talvez, por isso, o número de dissertações defendidas nessa instituição seja superior às demais. Em seguida, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná apresenta 3 dos trabalhos selecionados, seguido da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Federal do ABC e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, com 2 pesquisas cada. As demais instituições apresentam 1 trabalho cada.

Da totalidade de trabalhos, 12 trabalhos não apresentavam a linha de pesquisa a que pertenciam. O Programa de Pós-Graduação, em Educação Sexual, da Universidade Estadual Paulista, é o que possui linhas de pesquisa mais específicas para a abordagem da temática. Os outros programas de Pós-Graduação possuem seus trabalhos alocados em linhas de pesquisa da grande área da educação.

Outro ponto analisado, foi a quantidade de cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado. Dos 37 selecionados, 34 são dissertações de mestrado e apenas 3 são teses de doutorado, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Número de trabalhos por modalidade.

Modalidade	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado
Número de cursos	13	6	3

Os dados apontam para uma grande produção em nível de mestrado, mais de 90% das pesquisas selecionadas. Além disso, nota-se que a quantidade de mestrados acadêmicos se sobressai à quantidade de mestrados profissionais. Segundo o portal da CAPES, no quadriênio apurado pela avaliação, entre os anos de 2013 e 2017, houve um aumento de 77% no número de cursos de mestrado profissional, que visam à capacitação profissional do acadêmico, passando de 397 para 703. O mestrado acadêmico e o doutorado também evoluíram, atingindo um percentual de aumento de 17% e 23%, respectivamente.

Com a intenção de analisar as teses e dissertações selecionadas e procurar as principais características das pesquisas acadêmicas em Educação Sexual, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, foram criadas categorias para a análise dos dados dos trabalhos. Essas categorias foram formadas conforme previsto por Bardin (1977) apud Silva e Fossá (2015), “após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação, que se deu em função da repetição das palavras, que uma vez triangulada com os resultados observados, foram constituindo-se em unidades de registro”. Entende-se por unidade de registro as palavras, frases, parágrafos que foram recortados de um determinado material e agrupadas em categorias.

As categorias constituídas, para esse trabalho, e, conforme os preceitos acima, são: *intervenção com alunos, formação de professores, concepção de professores e currículo*.

Entende-se por intervenção com alunos a prática pedagógica em sala de aula, ou em outros espaços que visem o desenvolvimento de habilidades e competências, onde o estudante participe ativamente da construção do seu aprendizado.

Nessa categoria, foram criadas três subcategorias intituladas como: i) *Recurso didático*: trabalhos que propõem um recurso didático, ou que faça a avaliação de algum material; ii) *concepções dos alunos*: trabalhos que identifiquem a percepção dos alunos a respeito de um determinado assunto; iii) *práticas*: trabalhos que promovam uma prática pedagógica diretamente com os alunos, utilizando recursos didáticos e espaços não formais.

A categoria *formação de professores* se caracteriza pelo processo de formação continuada, em que ocorra a ampliação do universo de conhecimento do professor e a reflexão acerca do trabalho educativo, geralmente propiciado por um professor formador ou um grupo de estudos.

Na categoria *concepção de professores*, o objetivo é identificar a percepção dos professores a respeito da Educação Sexual e identificar o conhecimento e a atuação dos professores referente à temática.

Por fim, na categoria *currículo*, busca-se agrupar as teses e dissertações que visam verificar como ocorre a prática educativa nas escolas e se ocorre uma prática específica, como é o caso da Educação Sexual. Ainda, investigar como a prática é desenvolvida e as dificuldades encontradas quando é aplicada.

Pode-se analisar as categorias mencionadas acima e a distribuição dos trabalhos, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Número de trabalhos por categorias.

Categorias	Número De Trabalhos
Formação de Professores	13
Concepção de Professores	12
Intervenção com Alunos	7
i) Recurso Didático	2
ii) Concepções dos Alunos	2
iii) Prática	3

Os dados mostram que a maioria das pesquisas, 13 trabalhos, foi realizada tendo como foco a formação de professores, cujo objetivo é que eles recebam formação inicial e continuada para torná-los capazes para atuar e enfrentar os desafios relacionados à temática Educação Sexual. Em seguida, a categoria com mais trabalhos publicados é a de concepção dos professores, cujo intuito é investigar a concepção que o corpo docente tem acerca da Educação Sexual e o papel deste na Educação Sexual dos alunos. Nas últimas duas posições e que merecem atenção dos pesquisadores, das áreas dispostas a estudar a temática, estão as pesquisas de intervenção com alunos, com sete trabalhos, e o currículo com cinco.

Verifica-se a necessidade de pesquisas que tragam contribuições para essa área, pois, de acordo com Freitas e Miranda (2015), apesar da Educação Sexual não ser uma disciplina do currículo da educação básica e sim um conteúdo transversal e interdisciplinar, percebe-se a necessidade de se ter uma disciplina envolvendo a temática.

No que diz respeito à intervenção com alunos, a quantidade de pesquisas ainda é muito inexpressível, quando se pensa que a maioria dos alunos passa a maior parte do seu tempo na escola e que esta é um ambiente de interação com o mundo e com as pessoas que a cercam. Além disso, a importância de reconhecer a relevância social do conteúdo se faz necessária, a fim de preparar os alunos para tomadas de decisões responsáveis, problematizando o cotidiano, uma vez que inúmeros fatores sociais justificam a inserção da Educação Sexual no contexto escolar.

Deste modo, mais pesquisas que propusessem mudanças no currículo e que tivessem como objetivo ações de intervenção, na temática investigada, seria de extrema importância e contribuição para a área.

Por fim, foram analisadas as metodologias utilizadas pelos pesquisadores que propuseram intervenção com os alunos. Tais metodologias estão descritas abaixo.

A pesquisa de Meyer (2017), intitulada “Análise do jogo ‘trilha da proteção’ como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil”, tinha como objetivo avaliar se o jogo “Trilha da Proteção” poderia ser considerado um objeto de aprendizagem para crianças, no Ensino Fundamental, com idade entre 6 e 12 anos, na temática da violência sexual contra a infância. Segundo a autora da pesquisa, “o jogo Trilha da Proteção é uma ferramenta lúdica, criada por um grupo de professores, a qual auxilia no treinamento [Sic] das crianças para a percepção dos comportamentos sedutores e coercitivos dos que praticam a violência sexual e as maneiras para se livrarem dessas investidas, assim procurando ajuda em outro adulto de confiança; é a base lógica proposta pelos autores do jogo, objetivo deste estudo, dentro da proposta de prevenção primária” (MEYER, 2017, p. 46).

Em “A história da criação do papo jovem: Um Projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio”, pesquisa realizada por Bueno (2017), apresenta-se um projeto voltado para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio, cujos assuntos como Puberdade, Amor, Relacionamentos, Violência Sexual, Gênero, Diversidade Sexual,

Gravidez e Aborto são alguns dos temas desenvolvidos semanalmente dentro de um contexto lúdico, pedagógico e emancipatório.

A dissertação intitulada “Livro ‘O que é privacidade?’: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças”, de Meyer (2017) apresenta a trajetória e a fundamentação teórica da criação de um recurso educativo para a promoção do diálogo com crianças de 3 a 8 anos, como estratégia de enfrentamento da violência sexual. Esse recurso educativo é o livro “O que é privacidade?” que se propõe a ser uma ferramenta de enfrentamento da violência sexual, ao facilitar o diálogo e promover momentos e espaços de informação, atenção e discussão, além de empoderar a criança para que identifique situações de perigo e possa recorrer aos adultos de confiança de seu núcleo de convivência.

A pesquisa de Moreira (2015) “Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa” objetiva compreender a sexualidade infantil nas relações de gênero por meio das representações dos educadores, familiares e professora e do exercício de situações lúdicas por crianças de uma sala do 1º ano do Ensino Fundamental. Os instrumentos empregados para a pesquisa empírica foram: entrevista, questionário, diário de campo e atividades lúdicas. No tocante às atividades lúdicas, que consistiram na contação de história, na caixa de curiosidades e nas charadinhas sobre o corpo humano, constatou-se que elas possibilitam relações de ensino e aprendizagem nos processos formativos dos educandos em relação às questões de gênero e sexualidade.

Na pesquisa intitulada “Educação científica no ensino fundamental I: a questão da educação sexual”, de Mizunuma (2017), há uma proposta de trabalho para os educadores desenvolverem a Educação Sexual, auxiliados pela literatura infanto-juvenil, para o desenvolvimento da Alfabetização Científica. A pesquisa foi realizada em duas etapas de investigação. Na primeira, participaram 144 professores da rede pública municipal e, na segunda, participaram 27 alunos do 3º ano, 16 alunos do 4º ano e 28 alunos do 5º ano.

Em “Concepções de adolescentes acerca da sexualidade”, de Barbosa (2015) buscou-se compreender as concepções dos adolescentes escolares sobre sexualidade. Participaram da pesquisa 38 adolescentes escolares, do gênero masculino e feminino, na faixa etária entre 10 a 16 anos.

Por fim, a pesquisa de Groff (2015) “Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade” propôs investigar as concepções sobre sexo e sexualidade a partir do discurso de alunos do 5º ano, do Ensino Fundamental, dos pais e das professoras. A pesquisa contou com a participação de 21 alunos, entre 10 e 12, 18 pais e 4 professoras que lecionam para as turmas.

Bueno (2017), Moreira (2015) e Mizunuma (2017) são os únicos pesquisadores que sugerem práticas pedagógicas dentro do espaço escolar e concordam quanto a relevância social da temática Educação Sexual nas escolas, uma vez que “a instituição é um local privilegiado quanto ao acesso de informações e cultura” (MOREIRA, 2015, p. 96). Evidenciam ainda a importância da família, da sociedade e da escola nessas mesmas discussões. Afirmam, ainda, que, além do conhecimento do corpo, do seu cuidado, do respeito às diferenças, da reprodução sexual e da violência sexual, as atividades propostas pretendem contribuir na formação e mudanças de comportamento, promovendo inúmeras reflexões,

mesmo entendendo que, apesar de orientados, os alunos podem tomar decisões contrárias aos objetivos dos trabalhos.

Groff (2015) e Barbosa (2015) trouxeram pesquisas onde foram evidenciadas as concepções dos alunos sobre sexo e sexualidade. Eles perceberam que, apesar da visão dos alunos de que sexualidade está relacionada exclusivamente com relação sexual, como exposto na pesquisa de Barbosa (2015), os alunos mostram interesse e curiosidade em participar de discussões que utilizem outros espaços e metodologias, que não os tradicionais trabalhados em sala de aula.

Meyer (2017) e Meyer (2017), em suas investigações, propuseram através de atividades lúdicas e da literatura, estratégias para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e afirmam que a educação sexual é uma das formas mais eficazes de promover a prevenção desse tipo de violência. Além disso os autores das pesquisas consentem que uso de diferentes recursos possibilitam o diálogo, as discussões, a obtenção de informações, além do empoderamento da criança, como sugere os mesmos pesquisadores.

Por fim, de todas as sete pesquisas que foram destinadas à discussão da Educação Sexual, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, tendo cada uma sua metodologia e objetivos a serem atingidos, todas reforçaram a importância e a necessidade de mais estudos na área de Educação Sexual, além da importância da formação de professores para que a prática sejam desenvolvida de maneira apropriada, facilitando a abordagem e a orientação quanto as dúvidas e medos, minimizando tabus, mitos e preconceitos no espaço escolar, como afirma Barbosa (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar e caracterizar teses e dissertações que pesquisam a Educação Sexual nos anos iniciais, do Ensino Fundamental. Como resultado foi possível perceber que, com o passar dos anos, o interesse pela temática cresceu significativamente. Entretanto, poucos trabalhos investigam ou sugerem a prática pedagógica e mudanças no currículo. A maioria dos trabalhos objetiva a formação de professores e pesquisa as concepções dos mesmos acerca da temática. Essa discrepância na quantidade de trabalhos pode ser pelo fato de não haver a obrigatoriedade de uma matéria que trate particularmente desse tema, mas sim apenas como um conteúdo da Biologia.

Referente às pesquisas de intervenção com alunos, foram encontradas pesquisas que avaliavam e sugeriam um recurso didático, analisavam as concepções dos alunos a respeito da temática em sala de aula e propunham práticas pedagógicas.

Com relação às instituições que pesquisam a Educação Sexual, sobressai-se a Universidade Estadual Paulista (UNESP), por possuir um programa específico para a área, diferente dos outros programas.

Até o presente estudo, a maioria das pesquisas é de mestrados acadêmicos, seguido pelos mestrados profissionais e apenas três trabalhos de doutorado.

Apesar dos avanços das pesquisas, acima, que apresentaram as mais distintas características, ainda existe muito a ser superado, a ser investigado e a ser

explorado, pois a Educação Sexual é uma temática que vai além do conteúdo, é uma questão de cidadania e de direitos humanos.

Partindo dessas conclusões, reafirma-se a necessidade da realização de pesquisas no âmbito da Educação Sexual, pois apesar da literatura e das pesquisas sinalizarem a sua importância, pouco ainda é visto quando inserido no contexto escolar, principalmente, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, e, mais ainda, na prática em sala de aula.

Sexual education in beginning years: a study through thesis and dissertations

ABSTRACT

This work aims to analyze the research in Sexual Education for the beginning years of Elementary School developed in graduate programs using the Bank of Thesis of Capes. For this, the methodology "State of the Art" of quantitative-qualitative nature was chosen to guide this study. Were found 38 results approaching this subject and it was prioritized to analyze characteristics such as year of publication, institution, region, program modality, and instigation objectives to identify trends and contributions in studies on Sexual Education in the early basic education. The results reaffirm the need to carry out research in the field of Sexual Education, because although literature and searches indicate its importance, it is not seen too much in school context, especially in the beginning years of Elementary School and even more in practice in classroom.

KEYWORDS: Sexual education. Beginning years. Sexuality.

NOTAS

- 1 SUPLICY, M. **Conversando sobre Sexo**. Petrópolis: Autorama, 1983.
- 2 FREUD, S. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

REFERÊNCIAS

- ARGENTI, P. C. **Sexualidade, educação sexual e gênero: uma análise destas temáticas nas produções de um programa de pós-graduação em educação sexual**. 2018. 80 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.
- BARBOSA, L. U. **Concepções de adolescentes acerca da sexualidade**. 2015. 81 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: Orientação Sexual**. MEC: Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017.
- BUENO, R. C. P. **A história da criação do papo jovem: um Projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio**. 2017. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.
- COSTA, E. R Da.; OLIVEIRA, K. E. De. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 2, p. 1-17, 2011.
- FRANÇA, L. Da. S. Educação Sexual no Currículo da Escola do Ensino Fundamental: Desafio para o Professor. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2006, p. 1-8.

FREITAS, T. C. De.; MIRANDA, A. R. B. De. Educação sexual na escola: uma experiência do PIBID. *In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – CONIC-SEMESP*, 15. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2015, p. 1-4.

GROFF, A. M. **Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade**. 2015. 153 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o Ensino de Ciências no Nível Fundamental**. 1999. 365p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MEYER, C. A. **Livro “O que é Privacidade?”: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. 2017. 111 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

MEYER, F. **Análise do jogo “trilha da proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil**. 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

MIRANDA, P. R. M, De.; KALHIL, J. B.; ALVES, J. M. Sexualidade, Gênero e Educação Sexual nas Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC de 2009 a 2015. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 11. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABRAPEC, 2017, p. 1-10.

MIZUNUMA, S. **Educação Científica no Ensino Fundamental I: a questão da Educação Sexual**. 2017. 152p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017.

MOREIRA, D. A. F. **Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa**. 2015. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

PETRENAS, R. De. C. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didática e prática de ensino - ENDIPE (1996-2012)**. 2015. __p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade**, 2018. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002607/260770e.pdf>. Acesso em: 04 Set. 2017.

SANTOS, M. A. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental: uma realidade distante?** 2001, 60p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó.

SAYÃO, R. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. *In*: AQUINO, J. G. (org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 97-105.

SILVA, H. A.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, R. C. P. Da.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

WAS. **Declaração dos Direitos Sexuais**, 2014. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights/>. Acesso em: 04 set. 2017.

Recebido: 2019-02-28

Aprovado: 2019-02-28

DOI: 10.3895/rbect.v12n1.9705

Como citar: FERNANDES, F.; LORENZETTI, L. A Educação Sexual nos anos iniciais: um estudo a partir de dissertações e teses. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/9705>>. Acesso em: xxx.

Correspondência: Fernanda Fernandes - ferfernandes.26@gmail.com

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

